



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE ABRIL DE 2019, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES.**

Às Dez horas do dia primeiro de abril de dois mil e dezenove, sob a presidência do senhor deputado Fábio Felix, foi aberta a Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal destinada a debater o Projeto de Lei nº 167, de 2019, que "denomina a Praça Marielle Franco o logradouro público localizado em frente à estação de metrô, Galeria dos Estados". O Presidente iniciou os trabalhos convidando para tomar assento à Mesa, os seguintes convidados: Sr. Hamilton Pereira da Silva, Secretário-parlamentar do gabinete do Deputado Federal Paulo Pimenta e também ex-secretário da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa; e a ex-Deputada Distrital e Federal, Maria José Maninha. Na sequência o deputado Fábio Félix informou que o processo de definição do logradouro exigia a abertura de Audiência Pública como forma de promover um espaço de debate sobre a construção desse lugar, ouvindo a população. É necessário cumprir o requisito legal para que seja possível a execução desse projeto na Câmara Legislativa. O deputado Fábio Felix ressaltou que no dia anterior ocorreram manifestações em todo o Brasil contra a ditadura militar, contra os setores da sociedade que queriam, de alguma forma, reescrever a história. Ressalta que esses setores refletiam a ditadura militar com uma falta de vocação para a democracia e para o diálogo plural. O deputado Fábio Felix argumentou que quando a extrema direita tomava ou chegava ao poder na América Latina tentavam aplicar uma lógica revisionista, na versão sobre a ditadura militar. Isso aconteceu tanto no Brasil quando no Chile, na Argentina e no Uruguai. Tais lugares possuem mais espaço na política institucional, dessa forma buscavam reescrever a história na perspectiva dos ditadores e torturadores. O deputado Fábio Felix pediu, antes de começar a ouvir os convidados, um minuto de silêncio em homenagem a todos os torturados e mortos pela ditadura militar de 64. Continuando os trabalhos, o deputado Fábio Felix passou a palavra ao senhor Hamilton que já foi Secretário da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa. Já com a palavra o senhor Hamilton saudou a senhora Maninha que era uma antiga companheira. Informou que era o sétimo filho de lavradores retirantes do Piauí, que se deslocaram em 1930 para o antigo norte de Goiás. Contou que a vida dessa família ficou atribulada trinta e quatro anos depois quando o primeiro filho se tornou prefeito da cidade, e foi identificado com as bandeiras das reformas propostas pelo Presidente João Goulart. No dia 1º de abril o prefeito da cidade foi preso, mas devido ao seu ingresso na Justiça conseguiu recuperar e cumprir o mandato. Já os irmãos mais novos ficaram na clandestinidade, no exílio ou foram presos. Declara que foi curioso a



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

4

forma como a Folha de São Paulo estava tratando o assunto. A Folha de São Paulo que tinha cunhado a expressão "Dita Branda" agora estava denunciando o golpe à Ditadura Militar, de 64. Em seguida o senhor Hamilton fez uma saudação ao deputado Fábio Felix pela iniciativa da Audiência Pública que traz a possibilidade de enfrentar o engodo, a falsificação. Ressaltou que hoje é possível ter acesso à documentos, depoimentos e telefonemas que revelam aquilo que antes todo mundo atribuía à teoria da conspiração. Lembrou que poucos líderes políticos, no Brasil, foram legitimados pelo voto popular como o Jango. Contudo, apesar de sua popularidade, tomou posse dentro de um golpe parlamentarista. Argumentou que falar o que foi o 1º de abril é identificar que a maioria dos parlamentaristas brasileiros são saudosistas do império. É preciso lembrar que o Governo de Pedro II, que durou 40 anos, era parlamentarista, num país escravocrata e patriarcal, com características culturais que nós herdamos. O deputado Fábio Felix pediu ao senhor Hamilton que falasse sobre sua trajetória de vida. O senhor Hamilton disse que a primeira reunião política que participou já era clandestina. Relata que tinha apenas 16 anos, ou seja, a geração tinha sido lançada muito cedo na política. Nesse quadro surgiu o movimento estudantil que foi fechado, em 1968, logo depois do AI-5. Logo em seguida veio a opção por militar na organização fundada por Carlos Marighella na ação libertadora nacional, a clandestinidade e depois a prisão. A prisão iniciou em 1972 e encerrou em 1977, ou seja, no período Médici e no período Geisel, período do terror absoluto. Era a produção industrial do medo, como em Goiânia, no 42º BIN, um quartel do Exército, onde ele tinha ficado. Naquela época, chamava-se 10º Batalhão de Caçadores. Em Brasília, no Setor Militar Urbano, havia um espaço chamado Pelotão de Investigações Criminais, onde eram encerrados os presos políticos, sob a guarda da Polícia do Exército. No DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna), no II Exército, em São Paulo; no Dops (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo; e nos presídios não havia a tortura à qual você era submetido nos interrogatórios, mas havia um ambiente de restrição, como no presídio do Hipódromo, no Carandiru, na penitenciária do estado, e, depois, no presídio político de São Paulo, no Romão Gomes. Ressaltou que trazer para Brasília o nome de Marielle para um espaço central da capital do País não seria uma batalha simples. O senhor Hamilton lembrou que aqui os militares impediram a construção do memorial João Goulart, apesar de todo o cumprimento dos procedimentos burocráticos, com o projeto do Dr. Oscar Niemeyer, para que aqui fosse implantado, construído no Eixo Monumental. Foi barrado com ajuda da imprensa. Diante desse quadro é possível perceber que a cidade não queria se lembrar do 1º de abril, mas não seria a cidade e sim quem a domina. O senhor Hamilton concluiu os seus comentários chamando a atenção para o significado de propor o nome Marielle Franco para o logradouro público central. Ressaltou o enfrentamento afim de que fosse cumprido o papel essencial da resistência que era política mas precisava promover as modificações de comportamento, de visão de mundo e de valores. Argumentou que a alma do fascismo



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

não seria o ódio e sim a indiferença. É assistir a violência e ela não te tocar. Após a explanação o senhor Hamilton agradeceu o deputado Fábio Felix pelo convite e se comprometeu em ajudar nessa iniciativa de converter um espaço no Centro da Capital do país com o nome da companheira Marielle Franco. O senhor deputado Fábio Felix convidou para compor a mesa, a senhora Deise Benedito, integrante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O deputado Fábio Felix agradeceu as palavras do senhor Hamilton e passou a palavra a deputada Maria José Maninha. O deputado Fábio Felix lembrou que as inscrições para falar, por três minutos, estavam abertas. Já com a palavra a senhora Maria José Maninha agradeceu ao deputado Fábio Felix pelo convite para falar da história real do dia 1º abril. Se alegrou em estar na mesa com um septuagenário, um amigo e companheiro de longa data. Lembrou que tinha comentado com o Toninho e com o Hamilton da sensação que teve de que estavam presentes na manifestação contra o Golpe Militar de 64 a geração que viveu aquela época, contudo haviam poucos da juventude. A senhora Maria José Maninha argumentou que os fatos históricos precisavam ser registrados da forma como existiram. Lembrou que vivenciaram 1964 numa conjuntura nacional e internacional bem diferente do que existia hoje. Era um período de polaridade entre a antiga União Soviética e Estados Unidos da América, em que capitalismo versus comunismo estava presente no dia a dia de todos. Tal quadro criou oportunidade para o golpe militar em todas as nações sul-americanas. A senhora Maria José Maninha lembrou que não tinham participação efetiva, mas simpatia, inclusive disse que não conhecia o senhor Leonel Brizola, mas ficava ouvindo no rádio o que ele falava sobre a rede da legalidade. Lembrou que, na época, tinha dezesseis anos e estudava no Colégio Estadual de Minas Gerais e não entendia o que estava acontecendo, até quando percebeu que os seus professores tinham sido detidos e o colégio estava sendo ameaçado de fechar. Nesse momento a sua história se confundia com a do Hamilton. Os dois haviam se tornado militantes do movimento estudantil. Isso significaria viver na clandestinidade, ser presa e depois receber o processo de redemocratização do País. Lembrou que, no Distrito Federal, tiveram um herói do movimento estudantil, o Honestino Grimarães. Lembrou também que o seu nome Maninha foi porque ele a tratava como irmãzinha. Argumentou que incorporou o nome Maninha em homenagem à Honestino Guimarães. Por isso, quando houve a derrubada do nome da Ponte Honestino Guimaraes, lamentaram que apesar do esforço enorme para um primeiro movimento, um movimento muito pequeno, foi derrubado assim de uma forma rápida. Agora, esperava que, com essa iniciativa, com todos os procedimentos legais, isso não iria acontecer. Diante desse contexto ressaltou a importância em reverenciar os heróis que contribuíram para que a história atual fosse rica de episódios, rica de pessoas, rica de eventos. Ao ter uma praça com o nome de Marielle, estariam falando de uma heroína da resistência atual, representaria todo um movimento de resistência que hoje o nosso País precisava fazer. Elogiou a iniciativa do deputado Fábio Felix e ainda sugeriu que deveria acontecer em



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

outras Assembleias Legislativas. Dessa forma caminharíamos para um enfrentamento e rompimento do que está estabelecido na sociedade brasileira. Lembrou que no dia anterior a Ucrânia tinha dado posse a um Presidente da República que não era inserido na política, uma pessoa da cultura. Ressaltou que tanto no Brasil como em outros países a sociedade está começando a enxergar que o modelo político existente não é o que ela quer. Lembrou que até na sociedade americana, que é mais conservadora, aconteceu mudanças no Parlamento devido a juventude e mulheres que foram eleitas. Uma mudança na política internacional que também chegará no Brasil. Para encerrar a sua fala manifestou a sua satisfação em participar desta Audiência que visa trazer a praça o nome de Marielle e assim lembrar heróis e heroínas que precisam ser resgatados na memória publicamente. Com a palavra o presidente deputado Fábio Felix agradeceu a participação da senhora Maria José Maninha e lembrou que estavam apresentando na Câmara Legislativa, um projeto de lei que tratava da orientação da memória histórica e alterava a Lei nº 4.052, de 2007, que tratava da denominação de logradouros, vias próprias, monumentos públicos, núcleos urbanos e rurais, regiões administrativas e bairros no âmbito do Distrito Federal. O deputado Argumentou que o projeto de lei tinha como objetivo vedar qualquer homenagem para quem tivesse violado direitos humanos, inclusive que fossem arrancados bustos, nomes, placas de qualquer violador de direitos humanos no âmbito do Distrito Federal. Nesse sentido seria importante derrubar o nome Costa e Silva da Ponte, porque o Distrito Federal não poderia homenagear um torturador, um ditador brasileiro. Dessa forma voltaria a se chamar Ponte Honestino Guimarães. Com a palavra a senhora Maninha elogiou o Projeto de Lei de iniciativa do deputado Fábio Felix e lembrou que teriam de retirar da Cidade Estrutural nomes de determinados deputados que representam o anacronismo, o conservadorismo, como o Luís Estevão. O deputado Fábio Felix agradeceu a senhora Maninha e passou a palavra à Sra. Deise Benedito, do Mecanismo Nacional de Prevenção de Combate à Tortura. Já com a palavra a senhora Deise Benedito agradeceu ao Deputado Fábio Felix pelo convite e comunicou que não fazia mais parte do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. Informou que agora estava na Liderança do PSOL, na Câmara dos Deputados. Ressaltou que a sua história a levava para todos os espaços onde iria lutar por justiça. Informou que foi criada em São Paulo num bairro muito pobre. Quando principalmente as crianças andavam nas ruas depois das 8h da noite, em São Paulo, sempre vinha a viatura da radiopatrulha e colocava as crianças dentro. E os pais, no dia seguinte, tinham que resgatar os seus filhos no Juizado de Menores, no tempo da ditadura. Disse que não poderia falar de tortura, de maus-tratos, de humilhação pública, sem lembrar dos povos indígenas. Que não poderia falar da tortura praticada contra as mulheres, da exploração sexual de mulheres, se não referendasse o que foi feito das mulheres indígenas. As dores, as perdas, o aprisionamento de jovens indígenas na época da colonização, os assassinatos. Quando falamos em encarceramento, de tortura, de pau de arara, lembramos dos africanos. Quer

*[Handwritten signature]*



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

dizer, temos uma história marcada pelo ferro em brasa, pelo chicote, contra todos aqueles que se rebelaram contra o sistema. E não poderia ser diferente no período da ditadura militar. Lembrou, da mesma forma que o deputado Fábio Felix e Hamilton, que existia um processo no País de esquecimento de memória. Aqueles que devem ser lembrados e aqueles que devem permanecer esquecidos. Argumentou que esta iniciativa de colocar uma praça aqui, em Brasília, com o nome da Marielle deveria ser uma iniciativa de todos os Deputados de esquerda do País. Todos fazerem uma praça com o nome de Marielle. Todos os Deputados, de todo o País, fazerem uma grande revolução, uma operação fogo no engenho e trazer o povo para a rua. Argumentou que ter uma praça com o nome de Marielle seria uma homenagem a todas as mulheres que perderam a vida em Brasília, na construção desta cidade. Representaria a luta pela moradia, pelo fim do extermínio da juventude negra, pelo fim da violência contra a mulher, o respeito aos gays, às lésbicas, das lutas por condições melhores de vida para os policiais, pois Marielle defendia os direitos humanos dos policiais no Rio de Janeiro. Então, a praça seria um referencial de luta e resistência. Na sequência a senhora Deise sugeriu a realização de um ato de resistência com todos os outros deputados de esquerda. Lembrou que estavam lidando com pessoas conservadoras, pessoas resistentes, mas pessoas que também possuíam a sensibilidade da vida. Além disso a marca da Marielle era a alegria. Então, era preciso fazer as atividades capazes de trazer a população e conscientizar de que o espaço é de cultura, de resistência e de continuidade de uma luta que foi deixada como legado. O deputado Fábio Felix agradeceu a senhora Deise e acrescentou que deveriam construir um grande evento para inaugurar essa praça porque, como ela havia dito, essa praça precisaria ser um símbolo importante da resistência e de uma marca que a Marielle trazia, que era a marca da representatividade; pois, era uma mulher negra que ocupava um espaço institucional, bem votada, um espaço representativo, uma voz de comando, uma voz de representação ampla de setores que historicamente estavam fora dessa representação e do espaço institucional. O deputado Fábio Felix visando cumprir todos os requisitos legais, utilizou o mesmo protocolo para a votação. Continuando os trabalhos o presidente deputado Fábio Felix colocou em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrou a discussão. Na sequência colocou em votação, lembrando que aqueles que aprovavam a designação e construção da Praça Marielle Franco permanecessem como estavam; contudo, aqueles que fossem contrários que manifestassem. O deputado Fábio Félix declarou que ocorreu a anuência da unanimidade dos presentes na audiência pública para designação e construção da praça, conforme manda a legislação. Em seguida o deputado Fábio Felix citou a presença da Samanta Mendonha, estudante; Lucas Valença, jornalista do Jornal de Brasília, que estava sempre acompanhando as pautas, muito obrigado; Pétrea Moreira, da Trafem, uma organização que fazia e divulgava eventos que sempre estava presente. Agradeceu a presença de todos e todas. O deputado Fábio Felix também agradeceu ao senhor Hamilton, à Dayse, à Maninha, que sempre colaboravam



Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

muito com esse debate. Lembrou da importância em como poderiam engajar a juventude. Argumentou que apesar de estarmos vivendo uma aberração política, através da forma como o Presidente da República vocaliza a invenção de uma história relacionada à ditadura militar, temos uma oportunidade política importante de trabalhar esse tema com a juventude. Nesse sentido a memória seria fundamental para transformar comportamentos e políticas públicas! Lembrou que a história da senhora Maninha ajuda nesta reflexão. Agradeceu a todos pela presença, agradeceu a Mesa, agradeceu a Deise e manifestou sua satisfação por estar na liderança do PSOL e poder dar um grande salto na reflexão sobre as relações raciais e o enfrentamento ao racismo. O deputado Fábio Felix informou que fizeram um mapeamento e perceberam que, até agora, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, se não estava enganado, não havia nenhuma proposição sobre questão racial ou enfrentamento do racismo. Argumentou que das mais de duzentas proposições parlamentares desta legislatura, até aqui não havia praticamente nenhuma. Então, precisavam entrar com muito peso, com muita força nesta discussão no Poder Legislativo. Afinal o nome da Marielle Franco carrega em si as relações raciais e a discussão racial com muita força, como ela fez no Rio de Janeiro. O deputado Fábio Felix agradeceu novamente a todos e a todas pela presença. E na sequência declarou encerrada a Audiência Pública.

b